



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE ENSINO *CAMPUS* CANINDÉ

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU DE ESPECIALIZAÇÃO EM
PLANEJAMENTO E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

CANINDÉ-CE

2015

REITOR

Virgílio Augusto Sales Araripe

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Reuber Saraiva de Santiago

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Auzuir Ripardo de Alexandria

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Zandra Dumaresq

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Ivam Holanda de Sousa

PRÓ-REITOR DE ADMINSITRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Tássio Francisco Lofti Matos

DIRETOR GERAL DO CAMPUS

Francisco Antônio Barbosa Vidal

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENSINO

Basílio Rommel Almeida Fechine

COORDENADOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Fabrcio Américo Ribeiro

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

David Moreno Montenegro

Francisco Antônio Barbosa Vidal

Fabrcio Américo Ribeiro

Ivo Luís Oliveira Silva

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO.....	03
1.1 Identificação Geral.....	03
1.2 Informações Gerais da Oferta.....	03
1.3 Público Alvo	03
1.4 Critérios de Seleção e Inscrição.....	03
2 APRESENTAÇÃO.....	05
2.1 Concepção do curso.....	05
2.2 Justificativa.....	05
2.3 Objetivos do Curso.....	05
2.3.1 Objetivo Geral.....	05
2.3.2 Objetivos Específicos.....	06
2.4 Perfil do Egresso.....	06
2.5 Fundamentação Legal.....	06
3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	07
3.1 Matriz Curricular.....	09
4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO.....	11
4.1 Metodologia de Ensino.....	11
4.2 Sistema de Avaliação.....	12
4.2.1 Avaliação da Aprendizagem.....	12
4.2.2 Frequência.....	12
4.2.3 Trabalho de Conclusão de Curso.....	12
4.3 Avaliação do Curso e dos Docentes.....	14
5 CERTIFICAÇÃO.....	14
6 INFRAESTRUTURA.....	14
7 INDICADORES DE DESEMPENHO.....	18
8 PLANOS DE UNIDADES DIDÁTICAS.....	20

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Identificação Geral

Instituição:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Curso:	Especialização em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas
Nível:	Pós graduação Lato Sensu
Entidade Promotora:	IFCE Campus Canindé
Entidade Executora:	IFCE Campus Canindé
Diretor Geral do Campus:	Francisco Antônio Barbosa Vidal
Departamento ou Coordenação de Área:	Turismo, Hospitalidade e Lazer
Coordenador do curso:	Francisco Antônio Barbosa Vidal

1.2. Informações Gerais da Oferta

Modalidade de oferta:	Presencial
Carga horária:	400h/a
Local de realização:	Campus Canindé
Turno:	noite
Periodicidade das aulas:	Segundas a sextas-feiras – Horário: 18h às 22h (sábados em situações específicas no horário de 8 às 16 horas)

1.3. Público Alvo

Direcionado para profissionais formados nas mais diversas áreas do conhecimento que atuam ou ensejam atuar em Instituições públicas e privadas (empresas, prefeituras, organizações públicas estaduais ou federais, sindicatos, associações, ONGs, organizações educacionais) nos âmbitos do planejamento e gestão de políticas públicas.

1.4. Critérios de Seleção e Inscrições

INSCRIÇÃO, SELEÇÃO, MATRÍCULA E INÍCIO DAS AULAS

Inscrição e Matrícula: 09 a 27 de novembro de 2015

Local: IFCE Campus Canindé

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA INSCRIÇÃO

Fotocópia dos seguintes documentos:

Diploma de Graduação ou declaração de conclusão

Histórico Escolar da Graduação

Carteira de Identidade, CPF e Comprovante de Residência

Prova de Quitação com o Serviço Militar

Título de Eleitor mais comprovante de votação na última eleição

2 fotos 3 x 4

Ficha de Inscrição

Currículo Lattes

Pré-Projeto de Pesquisa

NÚMERO DE VAGAS

30 vagas.

Observação: a coordenação poderá não ocupar todas as vagas disponíveis na seleção.

ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO

- Pré - Projeto de Pesquisa (eliminatório)

- Análise curricular (classificatório)

Observação: Os critérios de seleção serão definidos no âmbito do Edital de Seleção dos discentes que participarão do presente projeto de Pós-Graduação Lato Sensu.

2. APRESENTAÇÃO

Mantido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Pessoa Jurídica de Direito Público, com o CNPJ 10.744.098/0001-45, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Canindé, localiza-se na Rodovia BR-020, s/nº, km 302, bairro Jubaia, Canindé/CE. O campus de Canindé surgiu do Plano de Expansão Fase II da rede de ensino tecnológico do País, iniciado a partir da elaboração de planejamento realizado pelo Governo Federal, em 2007. Com a intenção de reorganizar e ampliar a Rede Federal de Educação Profissional e

Tecnológica é decretada a Lei 11.892, de 20 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Dessa forma, o IFCE passa a ser Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará composto por um conjunto de campi: Sede, Canindé, Cedro, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Sobral, Limoeiro do Norte e Quixadá, assim como também, pelas Escolas Agrotécnicas Federais do Crato e Iguatu.

A missão do IFCE é o de produzir, disseminar e aplicar o conhecimento tecnológico e acadêmico para formação cidadã, por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, contribuindo para o progresso socioeconômico local, regional e nacional, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da integração com as demandas da sociedade e com o setor produtivo. O município de Canindé, pertence à Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação - 7ª CREDE juntamente com as cidades de Itatira, Caridade, Santa Quitéria, Paramoti e General Sampaio. Na realidade específica do município de Canindé e microrregião, há 13 escolas estaduais que abrangem a formação em nível médio, num total de 183 escolas públicas e 08 escolas particulares. Com uma população de 85.000 habitantes, o município localiza-se na Mesorregião do Norte Cearense.

É a cidade na qual ainda se festeja uma das mais antigas festas religiosas do Brasil, a Festa de São Francisco das Chagas. Inicialmente com o nome São Francisco das Chagas do Canindé, passou a ser chamada somente de Canindé em 1914, em homenagem, segundo a história, a uma tribo de índio ou a uma espécie de arara de plumagem amarela. Com clima tropical quente semiárido, sua precipitação pluviométrica média anual é 756 mm e com temperatura máxima de 32 °C e mínima de 24 °C (médias). A economia do município tem como base a agricultura, a pecuária, a piscicultura e a indústria. Outra importante fonte de renda é o turismo religioso. O Campus de Canindé desenvolve os seguintes cursos: Nível Médio - Técnico Integrado e Subsequente em Eventos; Técnico Integrado e Subsequente em Telecomunicações; Nível Superior - Tecnologia em Gestão de Turismo; Tecnologia em Redes de Computadores; Licenciatura em Educação Física; Licenciatura em Matemática; Pós-Graduação - Cursos de Especialização em Educação Física Escolar.

2.1. Concepção do Curso

A necessidade de formação na área de Gestão e Planejamento de Políticas Públicas se tornou evidente a partir da crescente procura que o Curso de extensão em Formação Política tem apresentado nos últimos meses, espaço que permitiu a manifestação da demanda por discussões que levassem em conta aspectos técnico-formais, jurídicos e de gestão do setor público na elaboração e implementação de políticas públicas, como forma de qualificar as intervenções dos diversos atores no cenário político local.

2.2. Justificativa

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Canindé, através da Coordenadoria de Turismo, Hospitalidade e Lazer, passa a participar e discutir de maneira mais concreta o processo de construção/elaboração de políticas públicas em Canindé e nos municípios de seu entorno, em especial aqueles pertencentes aos “sertões de Canindé” (Paramoti, Caridade, Canindé, Itatira, Boa Viagem e Madalena).

Nesse sentido, a implantação do curso de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas vem responder aos anseios da comunidade regional na medida em que se propõe a formar especialistas capazes de intervir de modo qualificado na gestão pública – em seus diferentes níveis – e nas instituições comunitárias. O curso vem, ainda, dar suporte à produção científica e de pesquisa, de modo a consolidar a vocação do Instituto Federal de Educação para a pesquisa e inovação, contribuindo para que esta instituição de ensino cumpra sua missão e promova as condições para o desenvolvimento e mudança na realidade local. A forma multidisciplinar que o curso está construído possibilita uma visão ampla dos processos de gestão e planejamento de políticas públicas e da sua relação com o cenário político local, regional e nacional, ao mesmo tempo em que insere os acadêmicos em áreas específicas, abrindo possibilidades para novas especializações.

2.3. Objetivos do Curso

2.3.1. Objetivo Geral

O curso de especialização em Gestão e Planejamento de Políticas Públicas visa a formar profissionais para atuarem em instituições públicas e privadas, entidades ligadas ao terceiro setor e movimentos sociais com conhecimentos sobre elementos que orientam a elaboração, gestão e análise das políticas públicas, considerando, para este fim, aspectos da realidade local.

2.3.2. Objetivos Específicos

O profissional especialista em Gestão e Planejamento de Políticas Públicas deverá ser capaz de:

- Diagnosticar a realidade econômica, política e socioambiental;
- Atuar na formulação e coordenação de projetos e planejamento de políticas públicas comprometidos com o desenvolvimento local;

- Elaborar e coordenar projetos para captação de recursos públicos e privados;
- Assessorar prefeituras, câmaras de vereadores, instituições de ensino e organizações não governamentais na gestão de projetos e políticas públicas;
- Ampliar o alcance de conhecimentos e instrumentos sobre a gestão que contribuam para a elevação dos padrões de eficiência, eficácia e efetividade da Gestão Pública;
- Fornecer subsídios teóricos e práticos que promovam a qualificação de profissionais para atuar na gestão de órgãos públicos ou privados, voltados ao desenvolvimento local e regional;
- Proporcionar contribuições teóricas metodológicas para elevar o padrão técnico e científico dos profissionais ligados à gestão pública e ao desenvolvimento regional.

2.4. Perfil do Egresso

Perfil Profissional do Egresso deste curso estará hábil a atuar como um agente transformador da gestão pública, promovendo cooperação entre os profissionais bem como a melhoria e a inovação em processos de órgãos públicos. Espera-se que o aluno seja capaz de gerenciar adequadamente projetos, programas e políticas públicas, utilizando critérios de eficiência, eficácia e efetividade em diferentes cenários e contextos.

2.5. Fundamentação Legal:

Verificar e incluir as fundamentações legais adequadas ao curso. Por exemplo:

- Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)
- Regulamento Geral da Pós-Graduação Lato Sensu do IFCE

3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A proposta pedagógica do Curso tem se alicerçado no relacionamento do indivíduo é potencializado na coletividade através de um sentido de identidade comum e a partir de um processo de socialização. O aprendizado professor-aluno oportuniza momentos de desenvolvimento da criatividade, da autonomia e da liberdade para a autogestão da aprendizagem, inclusive na tentativa de projetar diferentes contextos de interação e compartilhamento de experiências.

A concepção do curso está pautada à demanda por parte da Administração Pública em dispor de agentes alinhados com as competências de gestão contemporâneas, bem como à complexidade dos novos arranjos organizacionais. Reconhecemos à dinamicidade das políticas públicas e da prestação de serviços públicos. Metodologia alinha-se ao panorama da gestão pública e ao desenvolvimento de métodos, técnicas e conhecimentos aplicados à atual configuração.

O curso será ministrado de forma presencial por meio de módulos. Os módulos serão ministrados no IFCE-Campus Canindé. Cada módulo será ministrado durante um conjunto de três semanas corridas, nos horários noturnos (18h às 22h) e quando necessário aos sábados (08h às 12h e 13h às 16h).

As aulas acontecerão de acordo com calendário letivo do campus, conforme regulamentação da reitoria. Ao final do curso, cada aluno deverá elaborar e defender publicamente trabalho monográfico no formato de artigo científico, orientado por um professor integrante do quadro do curso. A formatação do artigo científico de conclusão do curso seguirá as normas da ABNT.

A preparação e organização das aulas serão de responsabilidade dos professores designados pela coordenação para cada disciplina. Cada professor deverá entregar um plano de aulas no início de cada período letivo, elaborado a partir da ementa da disciplina, em formulário próprio, pautando as observações e alterações que acharem cabíveis e/ou necessárias. No plano de aulas deverão ser previstos os objetivos da disciplina, ementa, conteúdos programáticos com a carga-horária reservada para cada item, a metodologia de ensino e avaliação.

Como metodologias de ensino são possíveis aulas expositivas dialogadas; seminários temáticos; trabalhos em grupo; pesquisas na internet; dinâmica de grupo; elaboração de situações-problema; estudos de caso; estudo dirigido; visitas a experiências e projetos de campo; elaborações de projetos; produção de resenhas, artigos científicos e materiais didáticos; integração de conteúdos; entre outros. Os instrumentos de avaliação, que poderão ser utilizados no decorrer das disciplinas, são: estudos dirigidos, análises textuais, temáticas e interpretativas, provas, seminários, estudos de caso, elaboração de papers, dentre outros.

Será considerado aprovado em cada disciplina o aluno que apresentar frequência mínima de 75%, e média igual ou maior que 7,0 (sete) pontos, por exigência das normas da Instituição de Ensino Superior Proponente. Se o aluno obtiver conceito inferior a 7,0 está previsto ainda a recuperação que ocorre em forma de Planos de Estudos.

Quanto ao trabalho de Conclusão de Curso a avaliação poderá ocorrer pelo modelo de estrutura monográfica ou em forma de artigo científico, realizada através de parecer da banca examinadora, nos

seguintes termos: aprovado; aprovado com ressalvas; reprovado. O trabalho de conclusão do curso deverá estar relacionado aos conhecimentos adquiridos durante o curso. O projeto do trabalho monográfico referente ao trabalho de conclusão de curso também será objeto de avaliação, dentro da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Após o término, o aluno terá um prazo de seis (06) meses para apresentação de seu trabalho monográfico em forma de artigo científico, entre 20 a 30 laudas.

Esse trabalho será elaborado na forma de artigo científico, seguindo as normas ABNT ou de artigos publicados em congresso e/ou revista. Será necessária a orientação de um professor do programa. Haverá a constituição de banca formada por três professores (um deles será o orientador), podendo ser designado docentes externos ao programa ou à Instituição, com o mínimo de titulação de especialista. O trabalho monográfico será apresentado oralmente em período planejado pela coordenação do curso e terá 15 minutos para a defesa.

Aos alunos que concluírem com aproveitamento (frequência e avaliação) às 400 horas (quatrocentos horas) do curso, o processo de elaboração e defesa do trabalho monográfico e forem aprovados em todo o processo, será concedido o certificado em nível Pós-graduação Lato sensu de Especialista em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas.

Para os alunos que concluírem com aproveitamento (frequência e avaliação), no mínimo, 180 (cento e oitenta horas), ou, no máximo, 320 (trezentos e vinte) horas em disciplinas e em um prazo de 18 (dezoito) meses e não apresentarem publicamente o trabalho de conclusão de curso poderá solicitar o certificado de Aperfeiçoamento em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas.

3.1. Matriz Curricular

Disciplinas	Professores(as)	Carga-horária
1. Formação da Sociedade Brasileira	Me. David Moreno Montenegro	20h
2. Métodos e Técnicas de Pesquisa	Me. Fabrício Américo Ribeiro	20h
3. Estado Contemporâneo e Políticas Públicas	Esp. Odilon Monteiro da Silva Neto	20h
4. Planejamento Estratégico Governamental	Me. Ivo Luís Oliveira Silva	20h
5. Planejamento, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas	Me. Francisco Antônio Barbosa Vidal	20h
6. Políticas Públicas de Educação no Brasil	Dr. Basílio Rommel Almeida Fechine	20h
7. Gestão de Pessoas no Setor Público	Me. Ivo Luís Oliveira Silva	20h
8. Políticas Públicas de Turismo e Cultura	Esp. Eline Alves Soares	20h
9. Políticas Públicas de Esporte e Lazer	Esp. Jean Carlos Vidal dos Santos	20h
10. Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda	Me. Francisco Antônio Barbosa Vidal	20h
11. Políticas Públicas, Meio Ambiente e Sustentabilidade	Dr ^a . Bárbara Suellen Ferreira Rodrigues	20h
12. Políticas Públicas, Violência e Drogas	Esp. Diná Santana de Sousa	20h
13. Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Me. David Moreno Montenegro	20h
14. Políticas Públicas de Saúde e Humanização	Dr. Marco Antônio Botelho Soares	20h
15. Políticas Sociais e Cidadania	Me. Abrahão Antônio Braga Sampaio	20h
16. Seminários de Monografia	Me. Ivo Luís Oliveira Silva/ Me. Fabrício Américo Ribeiro	20h
17. Governança Pública e Redes de Cooperação	Dr. Solonildo Almeida da Silva	20h
18. Trabalho de Conclusão de Curso	Me. Francisco Antônio Barbosa Vidal / Me. Fabrício Américo Ribeiro	60h

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1. Metodologia de Ensino

A proposta pedagógica do Curso tem se alicerçado no relacionamento do indivíduo é potencializado na coletividade através de um sentido de identidade comum e a partir de um processo de socialização. O aprendizado professor-aluno oportuniza momentos de desenvolvimento da criatividade, da autonomia e da liberdade para a autogestão da aprendizagem, inclusive na tentativa de projetar diferentes contextos de interação e compartilhamento de experiências.

A concepção do curso está pautada à demanda por parte da Administração Pública em dispor de agentes alinhados com as competências de gestão contemporâneas, bem como à complexidade dos novos arranjos organizacionais. Reconhecemos à dinamicidade das políticas públicas e da prestação de serviços públicos. Metodologia alinha-se ao panorama da gestão pública e ao desenvolvimento de métodos, técnicas e conhecimentos aplicados à atual configuração.

O curso será ministrado de forma presencial por meio de módulos. Os módulos serão ministrados no IFCE-Campus Canindé. Cada módulo será ministrado durante um conjunto de três semanas corridas, nos horários noturnos (18h às 22h) e quando necessário aos sábados (08h às 12h e 13h às 16h).

As aulas acontecerão de acordo com calendário letivo do campus, conforme regulamentação da reitoria. Ao final do curso, cada aluno deverá elaborar e defender publicamente trabalho monográfico no formato de artigo científico, orientado por um professor integrante do quadro do curso. A formatação do artigo científico de conclusão do curso seguirá as normas da ABNT.

A preparação e organização das aulas serão de responsabilidade dos professores designados pela coordenação para cada disciplina. Cada professor deverá entregar um plano de aulas no início de cada período letivo, elaborado a partir da ementa da disciplina, em formulário próprio, pautando as observações e alterações que acharem cabíveis e/ou necessárias. No plano de aulas deverão ser previstos os objetivos da disciplina, ementa, conteúdos programáticos com a carga-horária reservada para cada item, a metodologia de ensino e avaliação.

Como metodologias de ensino são possíveis aulas expositivas dialogadas; seminários temáticos; trabalhos em grupo; pesquisas na internet; dinâmica de grupo; elaboração de situações-problema; estudos de caso; estudo dirigido; visitas a experiências e projetos de campo; elaborações de projetos; produção de resenhas, artigos científicos e materiais didáticos; integração de conteúdos; entre outros. Os instrumentos de avaliação, que poderão ser utilizados no decorrer das disciplinas, são: estudos

dirigidos, análises textuais, temáticas e interpretativas, provas, seminários, estudos de caso, elaboração de papers, dentre outros.

Será considerado aprovado em cada disciplina o aluno que apresentar frequência mínima de 75%, e média igual ou maior que 7,0 (sete) pontos, por exigência das normas da Instituição de Ensino Superior Proponente. Se o aluno obtiver conceito inferior a 7,0 está previsto ainda a recuperação que ocorre em forma de Planos de Estudos.

Quanto ao trabalho de Conclusão de Curso a avaliação poderá ocorrer pelo modelo de estrutura monográfica ou em forma de artigo científico, realizada através de parecer da banca examinadora, nos seguintes termos: aprovado; aprovado com ressalvas; reprovado. O trabalho de conclusão do curso deverá estar relacionado aos conhecimentos adquiridos durante o curso. O projeto do trabalho monográfico referente ao trabalho de conclusão de curso também será objeto de avaliação, dentro da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Após o término, o aluno terá um prazo de seis (06) meses para apresentação de seu trabalho monográfico em forma de artigo científico, entre 20 a 30 laudas.

Esse trabalho será elaborado na forma de artigo científico, seguindo as normas ABNT ou de artigos publicados em congresso e/ou revista. Será necessária a orientação de um professor do programa. Haverá a constituição de banca formada por três professores (um deles será o orientador), podendo ser designado docentes externos ao programa ou à Instituição, com o mínimo de titulação de especialista. O trabalho monográfico será apresentado oralmente em período planejado pela coordenação do curso e terá 15 minutos para a defesa.

Aos alunos que concluírem com aproveitamento (frequência e avaliação) às 400 horas (quatrocentos horas) do curso, o processo de elaboração e defesa do trabalho monográfico e forem aprovados em todo o processo, será concedido o certificado em nível Pós-graduação Lato sensu de Especialista em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas.

Para os alunos que concluírem com aproveitamento (frequência e avaliação), no mínimo, 180 (cento e oitenta horas), ou, no máximo, 320 (trezentos e vinte) horas em disciplinas e em um prazo de 18 (dezoito) meses e não apresentarem publicamente o trabalho de conclusão de curso poderá solicitar o certificado de Aperfeiçoamento em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas.

4.2. Sistema de Avaliação

4.2.1. Avaliação da Aprendizagem

Será realizada ao longo do desenvolvimento das disciplinas, sendo que cada professor poderá utilizar instrumento específico, seminários, estudos de caso, artigos, provas ou atividades. O desempenho do aluno, em cada disciplina, será expresso em notas de 0 (Zero) a 10 (Dez).

4.2.2. Frequência

Será obrigatória a frequência do pós-graduando em, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das atividades programadas para cada disciplina. Desta forma, será considerado reprovado o estudante que, independentemente do rendimento que tiver alcançado, não atingir o percentual mínimo de frequência supracitado. A frequência do pós-graduando será registrada no Sistema Acadêmico.

4.2.3. Trabalho de Conclusão de Curso

Realizar-se-á em forma de artigo científico entre 20 a 30 páginas e a defesa será pública com a participação do orientador e de dois avaliadores, podendo ser da própria instituição ou convidados de outras instituições de ensino.

4.3. Avaliação do Curso e dos Docentes

Os professores serão avaliados no final de cada disciplina mediante questionários e as reuniões ocorrerão bimestralmente para avaliar o desempenho do curso.

5. CERTIFICAÇÃO

Será fornecido Certificado de Especialista em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas. Os requisitos para a obtenção dos Certificados são: frequência mínima de 75% em todas as disciplinas programadas, conforme Resolução 02/96 do CFE, que trata da frequência mínima exigida. Nota final mínima = 7 (Sete). Apresentação e aprovação de Trabalho Monográfico no formato de artigo científico.

Observação: Para os alunos que concluírem com aproveitamento (frequência e avaliação), no mínimo, 180 (cento e oitenta horas), ou, no máximo, 320 (trezentos e vinte) horas em disciplinas e em um prazo de 18 (dezoito) meses e não apresentarem publicamente o trabalho de conclusão de curso poderá solicitar o certificado de Aperfeiçoamento em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas.

6. PLANOS DE UNIDADES DIDÁTICAS (PUDS)

1) Disciplina: Formação da Sociedade Brasileira

Ementa: A história social brasileira o processo da colonização; As transformações sociais (revoltas e resistência) que “marcaram” a história nacional; a origem da família da propriedade privado e do Estado; A formação do operariado brasileiro: o anarquismo e a classe trabalhadora; Os conflitos sociais no campo do Estado e classes sociais no Brasil pós-1930/ Populismo no Brasil: e surgimento de novos sujeitos políticos; Década de 50, cinco anos em 1, o processo de urbanização; O regime militar brasileiro (Ditadura); Fim da ditadura no Brasil (diretas já); A revolução industrial; o processo de modernização e urbanização brasileira, mais especificamente de Salvador; acontecimentos e fatos que permearam e permeiam a política brasileira; Reflexão sobre o Brasil do século XXI.

Bibliografia Básica:

BRUM, Argemiro, J., Desenvolvimento Econômico Brasileiro, 24 ed., Ed. Vozes, Petrópolis/R.J., 2005.
PRADO, Junior, C. Evolução política do Brasil. 21ª ed., Ed. São Paulo/S.P., Brasiliense, 1991.
LACERDA, A. Correa de, e..., Economia Brasileira, Ed. Saraiva, São Paulo/S.P., 2002

Bibliografia Complementar

JUNIOR, Caio Prado, História Econômica do Brasil, Ed. Brasiliense, São Paulo/S.P. DAGNINO, Evelina, Anos 90 – Política e Sociedade no Brasil, Ed. Brasiliense, São Paulo/S.P., 2004.
FURTADO, Celso, Formação Econômica do Brasil, 32ª Ed., Ed. Companhia Editora Nacional, São Paulo/S.P., 2005.
FAORO, Raymundo, Os donos do Poder – Formação do patronato político brasileiro, 3ª Ed., Ed. Globo, São Paulo/S.P., 2003.
IANNI, Octávio, A ideia de Brasil Moderno, 1ª Ed., Ed. Brasiliense, São Paulo/S.P., 2004.

2) Disciplina: Métodos e Técnicas de Pesquisa

Ementa: Método Científico: características; estratégia e tática científica; circularidade. Processos do método científico: observação, problema, hipótese e verificação científicas; análise e síntese. Pesquisa Científica: conceitos, características e estágios. Organização e Orientação da Pesquisa Científica: formas de organização; equipes de pesquisa. Identificação e seleção de problemas de pesquisa. Processos e técnicas de elaboração do trabalho científico.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2007
RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar:

MEIS, L. DE; CARMO, D.A.R. DO. O método científico. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. 84p.

OLIVEIRA, S.L. DE. Tratado de metodologia científica. São Paulo: Pioneira, 1997. 320p.

REYS, L. Planejar e redigir trabalhos científicos. 2ª. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1997. 318p.

SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. 12ª. ed. São Paulo: Cortez, 1985. 237p.

VERA, A.A. Metodologia da pesquisa científica. 7ª. ed. Porto Alegre: Globo, 1983. 223p.

3) Disciplina: Estado Contemporâneo e Políticas Públicas

Ementa: Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea, segundo as principais concepções e teorias: marxistas e liberais. Desafios teóricos e políticos colocados aos analistas e atores políticos pelas mudanças produzidas sob o capitalismo Contemporâneo no Brasil. Sociedade. Política. Partidos Políticos. Governo. Política Pública. As principais abordagens na análise de políticas públicas e o modelo sistêmico. A concepção do “ciclo da política”.

Bibliografia Básica:

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

NUNES, Edson. A gramática política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático. Brasília: ENAP, 1997.

Bibliografia Complementar:

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. Sociedade e Estado na filosofia política moderna. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: Revista de Sociologia e Política, v.17, n.15, nov, 2000.

MISHRA, Ramesh. O Estado-providência na sociedade capitalista. Portugal: Celta Editora, 1995.

BRESSER-PEREIRA Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilhelm e Sachs (Org.). Brasil: Um Século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras, 2001

4) Disciplina: Planejamento Estratégico Governamental

Ementa: Desenvolvimento econômico, mudança social e centralização e descentralização político-administrativas no Brasil: Histórico do Planejamento no Brasil. Conceitos e tipos de planejamento. O Planejamento Estratégico Contemporâneo. Planejamento Integrado, Planejamento Social, Sustentabilidade, Níveis do Planejamento, Empoderamento, Instâncias de Governança, Planejamento estratégico público como ferramenta de implementação de políticas públicas. Os desafios e os atributos do planejamento governamental de longo prazo. Planejamento Governamental e Gestão Pública no

Brasil, Da República oligárquica à República democrática do Século XXI. Instrumentos de Gestão do Estado: PPA, LDO, LOA e LRF. Definições conceituais, lógica de interação entre os instrumentos, visão sistêmica externa e governabilidade. PPA: função e componentes, gestão do plano, o uso de indicadores de resultados e suportes de sistemas informacionais. Orçamentos públicos: evolução histórica e tendências futuras de inovação e sistemas informacionais de apoio à gestão. A LDO e LOA a base legal do orçamento público: princípios orçamentários, vedações constitucionais. O orçamento no legislativo e as ementas parlamentares; o orçamento no executivo e os contingenciamentos orçamentários; impactos na capacidade governativa e nas políticas públicas.

Bibliografia Básica:

- BENTO, L. V. Governança e Governabilidade na Reforma do Estado: entre eficiência e democratização. São Paulo: Ed. Manole, 2003.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Construindo o Estado Republicano: democracia e reforma da gestão pública. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.
- CARDOSO JR., J. C. (org). A Reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil. Brasília: Série Diálogos para o Desenvolvimento, vol. 4, Ipea, 2011.

Bibliografia Complementar:

- SIQUEIRA, Thales R. O Modelo de Gestão dos Planos Plurianuais: um estudo de caso. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Ciência Política da UNB. 2006.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: Sociologias. Porto Alegre, ano 8, n. 16, julho/dezembro, 2006. p. 20-45.
- CARDOSO JR., J. C. (org). Para a Reconstrução do Desenvolvimento no Brasil: eixos estratégicos e diretrizes de política. São Paulo: Ed. Hucitec, 2011.
- DROR, Y. A Capacidade para Governar: informe ao Clube de Roma. São Paulo: Fundap, 1999.
- MATUS, C. Teoria do Jogo Social. São Paulo: Fundap, 2005.

5) Disciplina: Planejamento, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas

Ementa: Atores políticos (stakeholders). Poder e recursos de poder. Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Novos papéis e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas. Dimensões de análise das políticas públicas: tipos de políticas públicas, atores de políticas públicas, fases do processo de elaboração de políticas públicas (formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação, extinção), instituições, estilos de política pública. Modelos Teóricos para a Análise de Políticas Públicas Ciclos de Políticas Públicas. Planificação de Marco Lógico de Programas e Projetos. Captação de Recursos Governamentais.

Bibliografia Básica:

- CARVALHO, Alysson (org.). Políticas Públicas. Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex, 2002.
- ARRETCHE, Marta Teresa da Silva Tendências no estudo sobre avaliação, in Rico, Elizabeth Melo (Org.) Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRAGA, Elza Maria Franco (org). Estado e políticas públicas: vivências e criticidades. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

Bibliografia Complementar:

ROTH, André-Noël. Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 20, n. 59, outubro de 2005, pp. 97-109.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 21, Junho de 2000, pp. 212-259.

FERNANDES. Antônio Sergio Araújo. Políticas Públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social. IN DANTAS, Humberto e JUNIOR, José Paulo M. (orgs). Introdução à política brasileira, São Paulo. Paulus. 2007.

6) Disciplina: Políticas Públicas de Educação no Brasil

Ementa: Contexto histórico da estruturação política do ensino e das lutas por educação pública no Brasil. As principais reformas educacionais brasileiras, os projetos em disputa na sua formulação e os mecanismos de sua implementação. Análise crítica dos determinantes da estrutura e funcionamento da educação básica e das políticas educacionais do Brasil contemporâneo.

Bibliografia Básica:

BONAMINO, Alicia C. de. Tempos de avaliação educacional: o SAEB, seus agentes, referências e tendências. RJ, Quartet, 2002

DAVIES, Nicholas. O FUNDEF e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta. Niterói, 1998.

FERNANDES, Florestan. O desafio educacional. São Paulo, Ed. Cortez, 1989.

GERALDI, Corinta Ma. Grisolia. Algumas condições de produção dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Em: Revista de Educação AEC, Nº. 100, 1996.

GHON, M^a da Glória. Movimentos sociais e educação. São Paulo, Cortez, 1994.

Bibliografia Complementar:

SOUSA, Antônia de Abreu. Política Pública para a educação profissional e tecnológica no Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere. (Edição e Tradução: Carlos Nelson Coutinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Vol. III.

LESBAUPIN, Ivo. O desmonte da nação: balanço do governo FHC. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

PATTO, M^a Helena Souza. A produção do fracasso escolar. São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1993.

ROMANELLI, Otaíza. História da educação no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1978.

SAVIANI, Demerval. A nova Lei da educação - LDB – Trajetória, limites e perspectivas. São Paulo, Editora Autores Associados, 1999.

7) Disciplina: Gestão de Pessoas no Setor Público

Ementa: A Gestão de RH, Objetivos, Políticas e Estratégias. Histórico de Gestão de Pessoal e das Relações de Trabalho no Setor Público. A Gestão Estratégica de RH. A Gestão de Pessoas por competências. EPI, CIPA, Acidentes de Trabalho, Atração de Competências para as Organizações. Formação Profissional e Desenvolvimento de Pessoas (Treinamento e Qualificação). Sistema de Desenvolvimento de Pessoas. Avaliação de Desempenho. Qualidade de Vida, Organização Sindical, Sindicalismo, Convenção coletiva. GREVE

Bibliografia Básica:

BATITUCCI, Marcio Dayrrell. Equipes 100%. 1ed. Rio de Janeiro: Makron, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: o Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

DUTRA, Joel Souza. Gestão de Pessoas: Modelo e Processos tendências e perspectivas. São Paulo. Atlas, 2002.

NERI, Agnaldo. Gestão de RH por competência e empregabilidade. Papiros, 1999. VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de Pessoas. 2ª edição, São Paulo. Atlas.

Bibliografia complementar:

PETERS, Tom. Rompendo as barreiras da Administração. Harbra, 1993.

SIMAS, Henrique de Carvalho. Manual Elementar do Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Saraiva, 1998.

ULRICH, Dave. Recursos Humanos estratégicos – novas perspectivas para os profissionais de RH. Ed. Futura, 2000.

8) Disciplina: Políticas Públicas de Turismo e Cultura

Ementa: Políticas públicas de turismo para inclusão social; Políticas públicas de turismo para a sustentabilidade; Políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no Brasil; Políticas Públicas de Cultura. Sistema Nacional de Cultura. Economia Criativa. Patrimônio Cultural.

Bibliografia Básica:

BENI, Mário Carlos. Política e planejamento de turismo no Brasil. São Paulo: Aleph, 2006 CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas de turismo e território. São Paulo: Contexto, 2000 HALL, G. Michael. Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

ELIOT, T.S. Notas para a definição de Cultura, tradução de Ernesto Sampaio. Lisboa: Século XXI, 1996.

RUBIM, Antônio Albino Canelas; BAYARDO, Rubens. Orgs. Políticas culturais na Ibero-América. Salvador: EDUFBA, 2008.

Bibliografia Complementar:

ARANTES, Antônio Augusto. O que é Cultura popular? Coleção Primeiros Passos. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

ANDRADE, Jose Vicente de. Turismo: fundamentos e dimensões. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

SOUZA, Maria José de. Políticas públicas e o lugar do turismo. Brasília: UNB, 2002.

SCHAWARZ, Roberto. Cultura e Política. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

TORAINÉ, Alain. O social e o político na pós modernidade. São Paulo : Cortez Editores. 5.ed. 1999.

9) Disciplina: Políticas Públicas de Esporte e Lazer

Ementa: Conhecimento geral da organização e da administração da Educação Física e dos Desportos em seu âmbito internacional e nacional, com ênfase ao estudo histórico, contextual e contemporâneo da política pública em esporte e lazer no Brasil. Relações entre Estado e sociedade civil. Conhecimento geral das políticas de esporte e lazer. História e fundamentos em políticas sociais e políticas públicas. A pesquisa e o fazer científico sobre o esporte e lazer em sua interlocução com as políticas. Temas emergentes em políticas de esporte e lazer.

Bibliografia Básica:

MANHÃES, Eduardo Dias. Políticas de esportes no Brasil. Rio de Janeiro: Editor: Paz e Terra, 2002.

SUASSUNA, Dulce; AZEVEDO, Aldo Antônio de. (Orgs.). Política e lazer: interfaces e perspectivas. Brasília: Thesaurus, 2007.

:BRACHT, Valter. Sociologia crítica do esporte: uma introdução. Vitória: Editor: CEFD-UFES, 1997.

Bibliografia Complementar:

WERNECK, C. L. G.; STOPPA, E. A. ; ISAYAMA, H. F. Lazer e Mercado. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

DEMO, P. Política social, Educação e Cidadania. 11ª Ed. São Paulo: Papyrus, 2008.

Lino Castellani Filho. Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 2007.

10) Disciplina: Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda

Ementa: Pleno Emprego: análise constitucional do tema; contexto histórico de valorização do trabalho humano e direito ao trabalho; livre iniciativa e empreendedorismo. Mercado de Trabalho: desafios globais e locais ao pleno emprego; globalização e tecnologia; flexibilização, modelos de produção e reengenharias ; competitividade e dumping social; crise e negociação. Formas de fomento de empregos: análise de políticas públicas; empregabilidade e juventude; seguro-desemprego; formação profissional. Trabalho e Renda: análise de políticas públicas; incentivo à micro e a pequena empresa; crédito orientado; economia solidária; auto-emprego e cooperativismo. Empregabilidade no Direito Internacional e Comparado: Convenções e Recomendações da organização Internacional do Trabalho (OIT); trabalho decente; formas de fomento de empregos e renda nos países do MERCOSUL e da União Europeia; estudo comparado. Emprego, Sustentabilidade e Perspectivas.

Bibliografia Básica:

ABRAMO, L; MONTERO, C. A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos. BIB, Rio de Janeiro, n.40, 2º semestre 1995.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003. 258p.

CATTANI, Antônio. D.; HOLZMANN, Lorena. Dicionário de trabalho e tecnologia. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

DOWBOR, Ladislau. O que acontece com o trabalho? São Paulo, SENAC, 2002

DURKHEIM, Émili. Da divisão do trabalho social. [tradução Eduardo Brandão]. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

AZEREDO, Beatriz; e RAMOS, Carlos Alberto, Políticas públicas de emprego: experiências e desafios, In Planejamento e Políticas Públicas, no. 12, Brasília, 2005

Bibliografia Complementar:

HOLZMANN, Lorena. Sociologia do Trabalho. In: CATTANI, Antônio; HOLZMANN, Lorena (Orgs). Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2002.

KREIN, José Dari. As negociações coletivas e a regulação do trabalho. In: ARAÚJO, S. M.; FERRAZ, M. (Org.) Trabalho e Sindicalismo: tempo de incertezas. São Paulo: LTr, p. 231-255.

LEITE, Marcia. Trabalho e sociedade em transformação. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

11) Disciplina: Políticas Públicas, Meio Ambiente e Sustentabilidade

Ementa: Conceitos – Políticas Públicas e Meio Ambiente. Meio Ambiente e Sustentabilidade. Meio Ambiente e Sociedade. Principais Conferências Relacionados ao Meio Ambiente. Impactos Socioambientais de Políticas Públicas. Problemas Relacionados as Políticas Ambientais. Alternativas para políticas Sustentáveis. Propostas de Ecoturismo. Educação Ambiental na Atividade de Gestão.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo: Makron, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 2001.

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Org.). Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

Bibliografia complementar:

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 11. ed. Rio de Janeiro: Lúmen júris, 2008.

BONETI, Lindomar W. O silêncio da águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social. Ijuí: Unijuí, 2003.

CARVALHO, Edson Ferreira de. Meio ambiente e direitos humanos. Curitiba: Juruá, 2007.

12) Disciplina: Políticas Públicas, Violência e Drogas

Ementa: Violência, conceito, correntes interpretativas, sua fenomenologia e o estado atual da pesquisa brasileira nesta área do conhecimento. O modo sociológico de pensar a violência, enfatizando as relações entre saber, sociedade, Estado de Direito, democracia, direitos humanos e controle social. Política nacional sobre drogas; Prevenção ao uso, Tratamento do dependente químico; Principais drogas e seus efeitos. Formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança, com visão interdisciplinar e multisetorial, de caráter pró-ativo, integrador, focal e universalizante.

Bibliografia Básica:

CASTRO, Mary Garcia ; ABRAMOVAY, Miriam. Drogas na escola.. Brasília: UNESCO, 2002.

COTRIM, Beatriz Carlini. Drogas - mitos e verdades.. São Paulo: Ática, 1998.

CAVALIERI, Ana Lúcia; EGYPTO, Antônio Carlos. Drogas e prevenção. São Paulo: Saraiva, 2002.

LOBÃO, Waldir, & CERQUEIRA, Daniel (2003) "Criminalidade: Social Versus Polícia". IPEA, Textos para Discussão, nº 958, Rio de Janeiro, junho 2003. (net)

CARVALHO, Alexandre, LOBÃO, Waldir, & CERQUEIRA, Daniel (2005) "O Jogo dos Sete Mitos e a Miséria da Segurança Pública no Brasil". IPEA, Textos para Discussão, nº 1144, Rio de Janeiro, dezembro 2005.

Bibliografia Complementar:

WIEVIORKA, M. (1997). O novo paradigma da violência. Tempo Social. Rev. de Sociologia da USP. São Paulo, 9(1): 5-41, maio.

ENGELS, F. (1981). Teoria da violência. In: Engels. José Paulo Netto, org. São Paulo: Ática (col. Grandes Cientistas Sociais, 17).

MALUF, D.P; TAKEY , E.H; HUMBERG L.V; MEYER, M & LARANJO, T.H.M. Drogas, Prevenção e Tratamento- o que você queria saber sobre drogas e não tinha a quem perguntar. São Paulo: Cia Editora, 2002.

ADORNO, S. (1994). Crime, justiça penal e igualdade jurídica: os crimes que se contam no tribunal do júri. Revista USP. São Paulo, 21: 133-51. Mar./mai.

PAIXÃO, A.L. (1988). Crime, controle social e consolidação da democracia. In: O'Donnell, G. e Reis, F.W. A democracia no Brasil. Dilemas e perspectivas. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais.

13) Disciplina:: Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Ementa: Estado, políticas públicas e modelos de desenvolvimento; Reforma agrária; Políticas de Crédito Rural e Crédito Fundiário; Política de Pesquisa Agropecuária e Assistência Técnica e Extensão Rural; Políticas Ambientais; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Seguro Agrícola; Política de Segurança Alimentar e Nutricional; Política de Agricultura Urbana e Periurbana; Políticas de Agroindustrialização e Agregação de Valor; Territorialização como instrumento de formulação e gestão de políticas públicas integradas; Organizações sociais e grupos de pressão e políticas públicas; Plano Safra; Descentralização do Estado; Municipalização da agricultura e novas instâncias participativas; Educação rural e educação do campo, políticas afirmativas. Agricultura familiar e assentamentos rurais no Brasil. Novas ruralidades: transformações em curso e perspectivas. Métodos e técnicas de levantamento e análise de dados em pesquisa socioeconômicas na área rural. Agroecologia e agricultura familiar. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural.

Bibliografia Básica:

AUBERT, C. A industrialização da agricultura: salvação ou suicídio da humanidade? Porto (Portugal): Afrontamento, 1977.

BINSWANGER, H. C. Fazendo a sustentabilidade funcionar. In: CAVALCANTI, C. (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001, p. 41- 55.

BUARQUE, Sergio C...[et.al]. Reflexões e proposições de políticas públicas de desenvolvimento territorial. Brasília: IICA, 2012. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.15, 189p).

CAMPOS, R. R. et al. Turismo em Santa Catarina. In: VIEIRA, P. F. A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento. Florianópolis: APED, 2002. p. 209-261.

CAPORAL, Francisco Roberto. A redescoberta da Assistência Técnica e Extensão Rural e a implementação da Pnater: nova âncora para a viabilização de acesso a políticas de fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www.google.com.br/search?q=CAPORAL%2C+F.+R.+%E2>. Acesso em 22/05/15. CAUME, David J. Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias. Redes, Santa Cruz do SulRS, n. 1, 2009 (no prelo).

Bibliografia Complementar:

CONSEA. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Proposições do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para sua Elaboração. Documento Aprovado na Plenária do CONSEA de 12 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/consea/plenarias/documentos>. Acesso em 22/05/15. Documentário: O veneno está na mesa, de Sílvio Tendler.

FAVARETO, Arilson et al. Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios. Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12, p. 221). FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. Revista de Economia Política, Vol.24, nº 4 (96), outubro-dezembro/2004.

FURTADO, Celso. Pequena introdução ao desenvolvimento. São Paulo (SP): Comp. Ed. Nacional, 1974. GEHHEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. São Paulo em perspectiva, 18(2): 95-103, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a10v18n2.pdf>. Acesso em 20/06/2010.

14) Disciplina: Políticas Públicas de Saúde e Humanização

Ementa: Visa apresentar os arcabouços teóricos e legais necessários à evolução e orientação da Política de Saúde e de Humanização, os modelos tecnológicos de atenção à saúde, bem como os instrumentos metodológicos e organizacionais para o desenvolvimento de competências para a gestão e análise das tendências e perspectivas no âmbito do SUS. Organização, funcionamento e modelos de gestão do Sistema Único de Saúde, analisando criticamente a relação entre os modelos de atenção à saúde predominantes com a evolução das políticas de saúde no Brasil. Conceitos e instrumentos do planejamento e programação em saúde na perspectiva de sua aplicação para o equacionamento e a resolução do conjunto de problemas relativos ao arranjo das práticas de cuidado da saúde e aos modelos assistenciais. Conceitos de saúde, processo saúde-doença e os modelos de atenção à saúde no contexto nacional e internacional; a evolução das políticas públicas de saúde no Brasil até a implementação do Sistema Único de Saúde; os princípios organizativos e doutrinários do SUS, as leis que regem a sua organização e financiamento; os níveis de atenção em saúde, a importância da Atenção Primária (Unidades Básicas de Saúde - UBS e Estratégia de Saúde da Família - ESF); as políticas de saúde para alguns grupos específicos (saúde da mulher e do homem, recém-nascido, criança, adolescente, adulto, idoso, vigilância em saúde, saúde mental).

Bibliografia Básica:

BERTOLLI FILHO, C. História da Saúde Pública no Brasil. 4. ed. São Paulo: Ática, 2008.

CAMPOS, GWS et all. Tratado de Saúde Coletiva (Parte IV- Política, Gestão e Atenção em Saúde). São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec/Fiocruz, 2006.

CARVALHO, S. R. Saúde Coletiva e Promoção da Saúde . 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2007. MATOS, Ruben. Os sentidos da Integralidade: algumas reflexões acerca dos valores que merecem ser definidos. In: PINHEIRO, R; MATTOS, R. (Orgs.). Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado a saúde. Rio de Janeiro: IMS/UERJ/ ABRASCO, 2001.

THURLER, L. SUS: Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Para entender o pacto (Nota técnica 06/2006). Brasília: Conass, 2006 .

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE. Para entender a gestão do SUS. Brasília-DF: CONASS, 2003.

CAMPOS, GWS. Reforma Política e sanitária: a sustentabilidade do SUS em questão ? In: Rev. Ciência & Saúde Coletiva 12(2):301-306.2007 (disponível on line)

GADELHA, CAG. O complexo industrial da saúde e a necessidade de um enfoque dinâmico na economia da saúde. IN: Revista Ciência&Saúde Coletiva, v. 8, nº 2, p.521-535, 2003

15) Disciplina: Políticas Sociais e Cidadania

Ementa: Democracia, Estado e esfera pública; O Papel do Estado contemporâneo e a oferta de serviços sociais; Emergência e crescimento do Estado de bem estar social; Cidadania e participação social; Concepção e desenvolvimento das políticas sociais em diversos paradigmas teóricos; Universalismo, seletividade, integralidade e focalização; Evolução das políticas de geração de oportunidades (educação, cultura, trabalho e renda, desenvolvimento rural) e seguridade social (previdência social, assistência social, saúde) no Brasil: gestão pública, articulação público-privado na provisão de bens e serviços, abrangência da cobertura social (benefícios e beneficiários), estrutura organizacional, financiamento e gastos públicos; Políticas de geração de oportunidades e de inserção produtiva qualificada no Brasil.LOAS.SUAS.

Bibliografia Básica:

BENDIX, R. Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança. São Paulo: Edusp, 1996.

BOBBIO, N. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

VIANA, A.L.D.; ELIAS, P.E.M; IBAÑEZ N. (Orgs.) Proteção Social: Dilemas e Desafios. São Paulo: Hucitec, 2005.

Bibliografia Complementar:

GRISOTTI, Márcia; GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz G.. Visões parciais da pobreza e políticas sociais recentes no Brasil. Rev. katálysis, Florianópolis, v. 13, n. 2, 2010 . JACCOUD, L. (org). Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005.

ARRETCHE, Marta T. S.. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 14, n. 40, jun. 1999

POCHMANN, Marcio. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. São Paulo Perspec., v. 18, n. 2, jun. 2004 .

16) Disciplina: Governança Pública e Redes de Cooperação

Ementa: Controle Externo, Controle Interno e Controle Social. Prestação de Contas de Entidades Públicas; Governança e Assimetria Informacional. Resultado, Eficiência, Eficácia e Efetividade no Setor Público; Governança: a Origem do Termo. As Bases Teóricas e Históricas da Governança na Administração Pública. Diferentes Narrativas em torno de Governança. Governabilidade, Governança Pública e Democracia. Atores e Esferas na Governança – A Governança Local. O papel do Diálogo na Governança. Os Formatos de Parceria em Governança Pública. Cidadania, Participação Social e Governança Interativa. Agentes Governamentais e Novos Atores em Governança. Governança em Políticas Públicas. Desenvolvimento regional. Conceito e organização de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. A colaboração entre estados e prefeituras para buscar ação grupal com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, ao respeito cultural e à equidade social. A transmissão do capital social (ou doenças transmissíveis) nas redes comunitárias. A estrutura ou a arquitetura mais eficiente para uma rede de organizações. Consórcios intermunicipais. Casos de redes estaduais e municipais. Alianças e parcerias. Concessões. PPPs. Consórcios. Política do Território da Cidadania.

Bibliografia Básica:

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Coords.) Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MEYER-STAMER, Jörg. Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica. Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper n. 28, setembro de 2001, São Paulo, 2001.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? Revista de Administração Pública – RAP, vol. 40, n. 3, p. 479-499, mai./jun. 2006.

SLOMSKI, Valmor. Controladoria e Governança na Gestão Pública. São Paulo, Editora Atlas, 2005.

MATOS, Fernanda; DIAS, Reinaldo. Governança Pública - Novo Arranjo de Governo. São Paulo: Alínea, 2013. MATIAS-PEREIRA, José. Governança no Setor Público. Rio de Janeiro: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

LOPES, Fernando Dias; Mariana Baldi. Redes como perspectiva de análise e como estrutura de governança: uma análise das diferentes contribuições. Revista de Administração Pública - RAP — Rio de Janeiro 43(5):1007-1035, Set./out. 2009.

MATOS, Fernanda; DIAS, Reinaldo. Administração pública, governança e redes de políticas. In: Governança pública: novo arranjo de governo. Campinas-SP: Alínea, 2013, p. 45-71. SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. Revista de Administração Pública - RAP, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-69, mar/abr, 2009.

17) Disciplina: Seminários de Monografia

Ementa: O desenvolvimento do trabalho de pesquisa, Apresentação e socialização do processo de pesquisa através de seminários.

Bibliografia Básica:

CERVO, Amado L. e BERVIAN, Pedro A. Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CORTELLA, Mário S. A escola e o Conhecimento. São Paulo: Cortez, 1999. COSTA, Marisa Vorraber (org.) Caminhos Investigativos. Porto Alegre: Mediação, 1996.

FAZENDA, Ivani (org.) Metodologia da Pesquisa Educacional. São Paulo: Cortez, 1997. GOLDENBERG, Mirian. A Arte de Pesquisar. Rio de Janeiro: Record, 1999.

Bibliografia complementar:

LUCKESI, Cipriano [et. al.] Fazer Universidade: uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, 1998. MINAYO, Maria C. de Souza (org.) Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2000.

OLIVEIRA, S.L. DE. Tratado de metodologia científica. São Paulo: Pioneira, 1997. 320p

REYS, L. Planejar e redigir trabalhos científicos. 2ª. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1997. 318p.

SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico. 12ª. ed. São Paulo: Cortez, 1985. 237p.

18) Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso

Ementa: Articular as orientações necessárias aos temas propostas para as monografias em formato de artigo científico. Intermediar as relações entre orientandos e orientadores.

Coordenar os processos relativos às apresentações dos trabalhos de conclusão de curso.

Bibliografia Básica:

Conforme Temática do Aluno

Bibliografia Complementar:

Conforme temática do Aluno